



## O platonismo anarquista no Brasil: entre a *politeia* e a *utopia*

### *Anarchist Platonism in Brazil: Between the Politeia and Utopia*

Maria das Graças de Moraes Augusto

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro / Brasil

mgmaugusto@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-3231-5678>

**Resumo:** Nas três primeiras décadas do século XX o platonismo estará mais claramente demarcado no Brasil com a publicação das primeiras traduções dos diálogos platônicos, elaboradas por Maria Lacerda de Moura, e pelos cursos ministrados no Colégio Pedro II pelo professor José Oiticica que ensinou correntemente os textos de Aristófanes. Nesse sentido, o objetivo deste texto é mostrar como os principais pensadores anarquistas no Brasil foram influenciados pela cultura grega e em especial pela obra de Platão.

**Palavras Chaves:** Platão; *Apologia* e *República*; José Oiticica; *Ação Direta*; Maria Lacerda de Moura e a utopia anarquista de Guararema.

**Abstract:** In the first three decades of the 20th century, Platonism became more clearly defined in Brazil with the publication of the first translations of Plato's dialogues, made by Maria Lacerda de Moura, and the courses led at the Colégio Pedro II by Professor José Oiticica, who regularly taught the texts of Aristophanes. In this context, the objective of this text is to show how the main anarchist thinkers in Brazil were influenced by Greek culture, especially by Plato's work.

**Keywords:** Plato; *Apology and Republic*; José Oiticica; *Direct Action*; Maria Lacerda de Moura and the anarchist utopia of Guararema.

Nas três primeiras décadas do século XX o platonismo estará mais claramente demarcado no Brasil: serão publicadas as primeiras traduções dos diálogos platônicos, seu valor ‘marginalizante’ reaparecerá em um contexto no qual sua dimensão utópica será acentuada, sobretudo na crítica ao *status quo*, empreendida por dois pensadores anarquistas: Maria Lacerda de Moura, autora da primeira tradução publicada no Brasil da *Apologia de Sócrates*, e José Oiticica, filólogo e professor catedrático do Colégio

Pedro II, que, ao lado da vida acadêmica e de um largo conhecimento humanístico, foi um de nossos mais persistente e completo militante anarquista, defensor zeloso da tese da ‘ação direta’, porque só ela “abala tronos, ameaça tiaras, convolve mundos”, e, sobretudo, “educa e fortifica o povo espoliado, em sua luta milenar”, e será essa ação que “irá criar o novo mundo, a nova humanidade”, que, “livre das peias estatais e religiosas”, será “sempre ação, sempre energia, sempre ideal” (Oiticica, 1970, p. 107).

No mesmo período, vale ainda observar, teremos também a primeira edição brasileira do *Banquete* e da *República* de Platão, traduzidos por Albertino Pinheiro e publicados em São Paulo, pela Editora Cultura Brasileira. A Editora Cultura Brasileira S/A, propriedade do jornalista e escritor Galeão Coutinho, fundada em 1935, teve sua falência decretada em 1938, em função das apreensões feitas a partir da caça aos livros reconhecidos como “comunistas” pelo Estado Novo de Getúlio Vargas que, sob o mesmo argumento, também perseguiu Maria Lacerda de Moura e José Oiticica.

Nesse sentido, as relações dos anarquistas brasileiros com o platonismo parece ser emblemática desse *tópos* ‘libertário’ e ‘marginal’ manifesto ao longo de nossa tradição cultural, e a leitura dos clássicos gregos e latinos que será feita por eles, não só virá corroborar essa condição, mas, estará na base da dura crítica feita por José Oiticica ao modernismo de 22, e que Oswald de Andrade, tardivamente, retomará nos ensaios publicados em *O Estado de São Paulo*, e que viriam a compor, postumamente, o seu *A marcha das utopias*.<sup>1</sup>

### **Maria Lacerda de Moura e a utopia-anarquista de Guararema**

“Sem pátria, sem fronteiras, sem família e sem religião, afirmando a Humanidade tenho que negar a Cidade”, e, “fora da lei: recuso os direitos de cidadania” (Moura, [1933] 1999, p. 15-17), é assim que Maria Lacerda de Moura, em 1933, se autodescreve em seu famoso texto: *Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!*

---

<sup>1</sup> A edição postuma dos ensaios foi feita pelo Ministério da Educação e Cultura, na coleção *Os cadernos de Cultura*, v. 139, no Rio de Janeiro, em 1966.

Nascida em Manhuaçu, em Minas Gerais, em 1887, formada professora pela Escola Normal de Barbacena, fundadora da *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, no Rio de Janeiro, em 1920, mudou-se em 1921 para São Paulo, onde conheceu José Oiticica, integrou-se a grupos operários anarquistas e comunistas, editou a revista *Renascença*, colaborou em jornais como *O Combate* e *A Plebe*, e entre 1928-1937 integrou-se à comunidade agrícola-anarquista de Guararema, nos arredores da cidade de São Paulo – formada por pacifistas italianos, franceses e espanhóis, desertores da I Guerra Mundial –, buscando isolar-se daqueles fatores que obstruíam a liberdade humana: a família, o estado, o capitalismo, a igreja católica, o fascismo, o clericalismo, as guerras, para viver uma vida simples e voltada para a natureza, onde liberdade e educação são formas de “ação coletiva”.<sup>2</sup>

Se atentarmos para a data apostila ao final do Apêndice contido em sua tradução da *Apologia de Sócrates* – Rio de Janeiro, ano de 1936<sup>3</sup> –, podemos supor que ela foi preparada ao longo de sua estada em Guararema, e que a presença da *politeia* platônica, claramente enunciada, pode ser rastreada desde 1928, em seus escritos sobre a função da educação e sua crítica às tiranias modernas, principalmente, em seu livro sobre o anarquista francês, Han Ryner, fortemente influenciado pela filosofia antiga.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> Para uma visão do conjunto da obra de Maria Lacerda de Moura, veja-se LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo*: Maria Lacerda de Moura. São Paulo:Ática, 1984; LEITE, Miriam L. Moreira. Utopias educacionais de Maria Lacerda de Moura. *Anais do XVII Simpósio Nacional de História*. São Paulo, jul. 1993, p. 65-70; PRADO, Antonio Arnoni. (Org.) *Libertários no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987; MIRANDA, J. V. A objeção de consciência e o combate à tirania nos escritos libertários de Maria Lacerda de Moura. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, p. 1-13, jul. 2011.

Sobre a participação de Maria Lacerda na comunidade de Guararema, o documentário *Maria Lacerda de Moura – Trajetória de uma Rebelde*, produzido pelo Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da USP, em 2003, fornece um histórico resumido e belas imagens da vida comunitária em Guararema.

<sup>3</sup> A primeira edição da tradução da *Apologia*, foi feita em São Paulo, pela Ed. Escala, sem data, de tal modo que não temos como estabelecer o momento da primeira publicação de sua tradução, na sequência passou a ser feita pela editora Atena.

<sup>4</sup> Cf. MOURA, Maria Lacerda de. *Han Ryner e o amor plural*. São Paulo: Unitas, 1928. Veja-se, também, o texto de José Oiticica, *Voz Clamante*, publicado no *Correio da*

Esta tradução da *Apologia de Sócrates*, de Platão, publicada pela primeira vez no Brasil, em São Paulo, provavelmente, entre 1938/1940, pela Athena Editora, na Coleção *Biblioteca Classica*, na qual é o 5º. volume (os quatro textos que antecedem a publicação, são: *O Elogio da Loucura*, de Erasmo de Roterdam; o *Discurso do Método*, René Descartes; *A cidade do Sol*, de Campanella; e *Alexandre e César*, das *Vidas Paralelas*, de Plutarco), na qual serão também inseridas as traduções da *República* e do *Banquete* – que já haviam sido publicadas anteriormente pela Cultura Brasileira S/A –, não foi feita direto do grego, mas, possivelmente, a partir de uma tradução francesa. O texto contém pequenas notas que esclarecem ao leitor leigo acerca de elementos específicos da história e do pensamento grego, além de um apêndice em que Maria Lacerda traça, de modo muito peculiar, um histórico da filosofia grega, desde Tales de Mileto, cujo tom e conteúdo remetem diretamente à influência da obra de Han Ryner, em especial aos *Les entretiens de Socrate*, citado no texto.<sup>5</sup>

Logo no primeiro parágrafo, é enfatizado que a filosofia nasceu na Jônia e que os primeiros “ensaios filosóficos levaram os sábios a formular as relações entre os indivíduos e a cidade”, donde resulta a conclusão de que “os primeiros filósofos gregos foram legisladores”, o que leva Maria Lacerda a inferir uma primeira e grave assertiva acerca da filosofia grega: “a filosofia era ação social” (Moura, s.d. p. 77).

Depois de fazer uma exposição rápida da escola jônica e da escola eleata, a questão dos sofistas será introduzida, e nessa análise já podemos ver como Maria de Lacerda assenta nos gregos a base de seus argumentos educacionais e políticos. Ao falar dos sofistas, dirá que alguns, tais

---

Manhã, Rio de Janeiro, 18 out. 1928, onde ele faz a defesa das teses de Maria Lacerda que, no jornal *A Esquerda*, havia criticado duramente o fascismo italiano, – o jornal teve a redação assaltada e a tipografia empastelada por correligionários fascistas brasileiros. Em seu texto, Oiticica vai frisar exatamente os elementos gregos na força libertária de Maria Lacerda: “Lendo na “Esquerda” do dia 11, aquelas palavras candentes, afigurava-se-me ver uma *Vitória de Samotrácia*, porém viva, a declarar aos homens ruins, aviltados pelo ouro, pela superstição, pelos preconceitos surdos, um peão novo, de confiança, calmo, seguro no seu ritmo e fascinante na sua solía.” Os grifos são nossos.

<sup>5</sup> Cf. PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Tradução de Maria Lacerda de Moura, com um apêndice da tradutora sobre a filosofia socrática. 4ª.ed. São Paulo: Atena Editora, s.d. p. 83.

como “Górgias e Hípias, Protágoras e Pródicos”, foram notáveis, além de “homens muito virtuosos” (Moura, s.d., p. 80), criticando Platão e Xenofonte por terem tentado separar Sócrates dos Sofistas, e, embora reconhecendo que nem sempre os costumes entre eles fossem “puros”, Maria Lacerda irá sublinhar que a razão pela qual Sócrates foi por eles separado dos sofistas, é a mesma que os aproxima:

Sócrates achava com eles [os sofistas] que o homem só se deve preocupar com as coisas humanas. A mais alta arte devia ser a arte de ser homem e de fazer crescer e prosperar o que há de humano em cada um de nós. Sócrates foi o maior e o melhor dos sofistas (Moura, s.d., p. 81).

Entretanto, com o descrédito das especulações das escolas filosóficas, com o ceticismo, em um momento no qual era exigida uma aplicação prática do conhecimento em função da constituição dos governos democráticos e a ocupação de cargos mais altos da democracia, Maria Lacerda, trazendo à tona uma de suas críticas à política contemporânea, concluirá que os sofistas:

[...] tornaram-se os mestres dessa falsa cultura variada, brilhante, de palavras, eloquente, fácil, eficaz, retórica, cultura de vencer pelo número de palavras e pela elegância do gesto, como pelo timbre da voz (Moura, s.d., p. 81).

A leitura de Maria Lacerda da filosofia socrática, em uma versão muito próxima de Ryner, criticará Platão, Xenofonte, Ésquines e Antístenes, e, retomando sua crítica às ‘leis’, ao ‘estado’ e ao ‘princípio de cidadania’, concluirá que “a morte de Sócrates condena justamente a lei e a cidade” (Moura, s.d., p. 83), e, com Ryner, afirmará que Sócrates “ensinava a ser homem e não a ser cidadão” (Moura, s.d., p. 83).

O Sócrates libertário que daí resulta será um pacifista radical, contrário a qualquer forma de guerra e violência, e mesmo que assimile as críticas de Ryner aos discípulos de Sócrates, Maria Lacerda reconhecerá que:

Nada disso desmerece a beleza da obra de arte de Platão. A *Apologia*, de Platão, é um poema de aticismo, de sobriedade, de grandeza épica do heroísmo, de uma coragem rara em todos os séculos e que honra o gênero humano. Platão soube pintar com

mão de mestre, a figura apolínea de virilidade moral desse gênio da Grécia que foi Sócrates (Moura, s.d., p. 96).

Desse modo, quando passamos para análise feita por Maria Lacerda de Moura da filosofia platônica, veremos que ele será: o precursor das idéias anarquistas de Kropotkine, de Freud, e que *República* é um texto “ousado” porque “suprime a propriedade individual e a família, fonte de discórdias e hostilidade”, e a educação é o verdadeiro problema político, uma vez que “educar é selecionar os melhores para governar”:

Platão se perdeu em um emaranhado de cultura de doutrinas diversas que ele quis harmonizar em um todo platônico... Daí que Antístenes o acuse de plágio. Tudo é contradição em Platão: o seu método, a psicologia, a moral, a metafísica. Na sua *República* suprime a propriedade individual e a família, fontes de discórdias e hostilidade. A propriedade é do Estado. Precursor do comunismo... É uma utopia comunista a *República* de Platão.

Perdoamos a Platão não ser sincero muitas vezes, porque Platão teve idéias geniais. Pregou a vida simples, a volta à natureza, a limitação da natalidade. Foi malthusiano antes de Malthus. Foi anarquista antes de Réclus e Kropotkine. Criticou com muito talento, os demagogos, os salvadores das pátrias. [...].

Demais adotou as opiniões de Heráclito, adotou as de Pitágoras, aproveitou-se de Sófron e Epicarmo, poetas cômicos, aproveitou-se do que aprendeu com os padres do Egito e apresenta tudo como se fosse seu. Esteve na Sicília, na Magna Grécia, no Egito. Por toda parte saqueou [...]

A solução é tirar as crianças do seu meio pervertido: levá-las para o campo. Esperar o desabrochar dos talentos, educação generalizada, igual para todos. Se joeirarmos nos diálogos de Platão, também descobrimos que foi ainda o precursor de Freud (Moura, s.d., p. 99).

Assim posto, não será difícil de ver como no Brasil, o ‘anarquismo platônico’ retoma temas centrais da *República* de Platão, e como a antinomia ‘constituição e utopia’ ganha uma força vital que a conclusão

de Maria Lacerda de Moura, no Apêndice da *Apologia de Sócrates*, ratifica de modo enfático:

Platão tratou de todos os problemas humanos. [...] Quando a gente acaba a leitura das páginas belíssimas da *Apologia de Platão* e se lembra do massacre dos abissínios, voltando ao mundo em que vivemos, tem-se a impressão de uma queda eterna no vácuo...

Não! é a caverna de que fala Platão, na sua formosa alegoria. Continuamos acorrentados, mesmo apesar da República de Platão, apesar do império de Marco Aurélio, o imperador-filósofo...

Qual será o caminho para despedaçar as correntes e sair da caverna tenebrosa? É ainda a filosofia, é a arte que ainda embeleza a nossa vida...

Sem Sócrates, sem Platão, que seria de nós?...

(Moura, s.d., p. 107)

### ***O Anarquismo ao alcance de todos: os clássicos como fonte libertária***

Se a presença do platonismo na obra de Maria Lacerda de Moura está entrelaçada com suas experiências educacionais e com a vida comunitária em Guararema, em José Rodrigues Leite e Oiticica (1852-1957), filólogo, linguista, dramaturgo, poeta, professor catedrático de Língua e Literatura Portuguesa no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e na Universidade de Hamburgo, entre 1929-1930<sup>6</sup>, mas, também, um ativista político ímpar em nossa vida cultural: anarquista militante (mas sem descuidar da teoria e do anarquismo como filosofia), jornalista e anticlericalista convicto, a presença dos clássicos será duplamente uma fonte libertária e a marca de

<sup>6</sup> Oiticica foi aprovado em primeiro lugar, dentre numerosos candidatos, no concurso aberto pelo governo alemão para o cargo de professor de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade de Hamburgo, com um contrato de 5 anos, entretanto, com a Revolução de 30, Oiticica foi obrigado pelo Ministério do Exterior a voltar ao Brasil. Para um histórico da questão cf. NEVES, Roberto das. Um anarquista exemplar e uma figura ímpar na História do Brasil. In: OITICICA, José. *Ação Direta*. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1970. p. 12-13. José Oiticica também formou-se em Direito e estudou quatro anos de Medicina.

sua ação no mundo, expressa no soneto em que assinala a permanência do “problema ingrato e obscuro, que atormenta homens bons desde Platão”:

Essa invisível Causa, que eu procuro  
Nos meus tormentos de meditação,  
Inda é o mesmo problema ingrato e obscuro,  
Que atormenta homens bons desde Platão.

Esse maldito sonho, por ser puro,  
– Apurado na dor – é sonho vão:  
E irá semeando dores no futuro ...  
Pobres dos sonhadores que virão!

Ai de mim! Que entrevendo o atroz problema,  
Me pus a refletir e a meditar,  
Descobridor da solução suprema.

Fiquei na horrível noite deste mar,  
Ouvindo a dupla voz do meu dilema,  
Incapaz de afirmar e de negar.  
(Oiticica, 1919, p. 61)

Essa variante do platonismo, como um tema duradouro e que afeta a ordem pública e a ordem privada, assume, no que diz respeito ao tema das relações entre *politeia* e utopia, uma variante inusitada no contexto brasileiro dos anos 20/40:

Não aspiro à democratização dos aristocratas. Aspiro sim, à aristocratização dos democratas. O meu desejo é dar a estes a inteligência, a cultura, o amor da beleza eterna e da arte imperecível.

O fim do mais alto anarquismo é a elevação da plebe, dos verdadeiros produtores, a sentimentos e gostos aristocráticos, substituindo assim a democracia atual, calcada na ignorância e na pobreza, por uma aristocracia geral, humana (Oiticica, 1970, p. 249).

Schopenhauer previu admiravelmente o pavoroso advento de futuristas dadaístas, livre metristas e mais hunos literários,

autores desregrados de mau gosto plebeu e mascarados de um carnaval felizmente passageiro. O estudo das letras clássicas na fonte grega e latina é sobretudo escola de bom gosto, requinte, aristocracia mental e repouso estético, sem o qual a arte é fogo de vista, e arlequimada grotesca (Oiticica, 1959, p. 191).

Nesse sentido, o famoso descompasso entre o professor e o filólogo, com seu rigor acadêmico e intelectual, e a veemência polêmica do militante anarquista, que se expressaria no mesmo homem, parece não resistir a uma análise mais rigorosa de sua obra, pois, uma leitura atenta pode nos mostrar o quão fortemente o filólogo e o anarquista são expressões, sim, de um mesmo homem, no qual a antinomia ‘*politeia e utopia*’ assume uma vigorosa palidez.<sup>7</sup>

Em seu estudo sobre a dramaturgia de Oiticica, antecedendo sua crítica às peças *Azalan!*, *Pedra que rola* e *Não é crime*, A. Arnoni Prado fará uma longa análise das fichas de aulas por ele elaboradas acerca das comédias de Aristófanes – “um maço de velhos manuscritosmeticulosamente anotados a lápis com a remissão a peças, páginas, cenas, versos, atos e aparato bibliográfico” –, onde encontramos uma “saborosa marginália” na qual Oiticica vai travestindo o poeta grego em

---

<sup>7</sup> Roberto das Neves, em sua apresentação dos textos selecionados de *Ação Direta*, faz um recenseamento dos artigos necrológicos onde esse descompasso é muitas vezes assinalado. Uma análise mais apurada desse contexto biográfico é feita por Antonio Arnoni Prado, que, a partir de pesquisa historiográfica mais recente, admite: “O fato é que, depois que a investigação documental, apoiada em registros da época e louvada no testemunho pessoal de dezenas de participantes, reconstruiu a liderança e o papel decisivo de José Oiticica no levante anarquista de novembro de 1918, o que emerge do passado é a índole incendiária que torna quase inversossímil a figura do pacato professor que vai todas as manhãs ensinar empostação e prosódia aos meninos do Pedro II, com a batuta entre os dedos para acompanhar com precisão ora a leveza de um trecho de canto clássico, ora a escanção de algum verso esparsa da tragédia grega ou da comédia latina.” Cf. PRADO, Antonio Arnoni. Elucubrações dramáticas do professor Oiticica. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.14, n.40, p.267-297, 2000. Sobre a militância anarquista de José Oiticica, cf. DULLES, John W. Foster. *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*. Austin, London: University of Texas Press, 1973, para uma análise da obra de José Oiticica, veja-se VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização!* São Paulo: Anablume, 2006.

um “anarquista segundo um cuidadoso roteiro ilustrado com exemplos e falas não raro entrecortadas de comentários espirituosos e cheios de ironia” (Prado, 2000, p. 273).

Se nos voltarmos para a sua obra clássica sobre o anarquismo, *A doutrina anarquista ao alcance de todos*, veremos que no âmago de sua proposta de uma “comunidade anarquista” está embutida uma clara concepção de utopia:

O anarquismo propõe aos homens de boa vontade uma solução racional da crise permanente em que vivem. A solução, em si mesma, é fácil. A organização anárquica, prescindindo da complicada máquina de compressão, o Estado, é de singeleza admirável. Todavia a apreensão do funcionamento de uma sociedade anárquica é difícil para as pessoas afeitas ao regime capitalista. Estamos viciados a tudo comprar e vender e faz-nos confusão conceber a vida humana sem dinheiro. Vivemos, como dizia Eça de Queirós, achados entre as páginas de um código; todos os nossos atos estão regulados pelo código civil, pelo código penal, pelo código comercial, pelas constituições federais e estaduais, por posturas municipais, por um acervo colossal de regras e regulamentos minuciosos. Há leis especiais para tudo e só admitimos a ordem com policiais, agentes, comissários, delegados, chefes de polícia, etc. Como ouvir falar então numa sociedade sem códigos, sem leis, sem parlamentos, sem polícia, em nenhuma dessas esmolas apertadoras e movimentadas?

Por isso, muitas pessoas, aliás cultas, mas irrefletidas, dão de ombros, viram as costas e proferem as frases clássicas: *isso é uma utopia e vocês estão malucos.*

Também, há trinta anos, era utopia o aeroplano e mais que utopia o projeto de se falar a centenas de léguas, sem fios. Todas as formidáveis invenções modernas, o navio a vapor, a locomotiva, o gramofone, o telefone, o automóvel, o telégrafo, a radiotelegrafia, a eletricidade, os submarinos, etc., etc., são ex-quimeras realizadas em um século apenas. [...]. Por isso, dar de ombros a uma idéia por ser ou parecer utopia, é não ter senso. O homem assisado, longe disso, procura inteirar-se das idéias novas, assimilar a doutrina, meditar

sobre a sua exeqüibilidade, pesar os prós e os contras, discutir, informar-se de tudo, analisar os argumentos, vantagens e desvantagens. Só depois terá bastante autoridade moral para repelir a solução proposta. [...]. O leitor, nas suas locubrações, deve ter presente, sempre e sempre, a idéia de que, em sociedade anárquica, não há propriedade, não há dinheiro, não há venda nem troca. Insistindo em ter sempre em mira essa noção fundamental, pouco a pouco, lendo cada número desta segunda parte atentamente, certo estou de que logrará assenhorear-se de toda a doutrina, alcançar-lhe a cativante beleza, podendo sentir o nobre orgulho de ser anarquista. Verá, então, que trabalhar para a anarquia é o mais glorioso empenho dos corações bem formados (Oiticica, s.d, p. 54-55).<sup>8</sup>

Desse modo, a utopia para Oiticica é também uma forma radical do princípio de ‘ação direta’, pois, é ela que irá consubstanciar o “novo mundo”, a “nova humanidade”, como é dito no editorial da segunda fase do jornal *Ação Direta*, em 10 de abril de 1946,

*Ação direta* é a voz única na história das reivindicações [...]. Só a ação direta abala tronos, ameaça tiaras, convolve mundos. Só ela, principalmente, educa e fortifica o povo espoliado, na sua luta milenar. *Ação direta* é a revolução, ela, a ação direta, irá criar o novo mundo, a nova humanidade, e será, livre das peias estatais e religiosas, sempre ação, sempre energia, sempre ideal (Oiticica, 1970, p. 107).

Será, então, nessa ótica de ação que veremos a construção, em *A doutrina anarquista ao alcance de todos*, de um modelo comunitário de gestão, que guarda em suas bases os velhos temas platônicos da comunidade de bens, mulheres e filhos, e do governo gnosiológico; exposto em quatro partes: na primeira, apresentará os princípios do

<sup>8</sup> *A doutrina anarquista ao alcance de todos* foi publicada inicialmente no *Ação Direta*; em 1947 teve sua primeira edição, em São Paulo, lançada pelo Movimento Libertário, e, em 1954 pela Editora Germinal, no Rio de Janeiro. Nos anos 70 foi reeditada por Nelson Abrantes, da Editora Mundo Livre, no Rio de Janeiro. Cf. OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, s.d., p. 54-55. Todas as citações feitas aqui são retiradas da publicação da Editora Mundo Livre.

anarquismo e seus obstrutores; na segunda, determinará o “problema essencial” e as dificuldades de apreensão do anarquismo, sua condição utópica e seus adversários; na terceira, explicitará os modos de execução de uma comunidade anarquista, para, na quarta parte, fazer a crítica das diferentes correntes “comunistas” para operar a “transformação social” e obter uma “sociedade em que impossível seja a exploração dos não-possuidores”, mostrando que há divergências profundas entre aqueles e os anarquistas (Oiticica, s.d., p. 95).

Ora, o que nos interessa aqui nesse pequeno estudo é mostrar os temas que nos parecem serem platônicos ao longo da ‘tradição utópica’ inaugurada por Thomas More, mas, como já vimos, renovando sempre os princípios políticos da *politeia* platônica.

Nesse sentido, dentre os sete primeiros parágrafos da primeira parte, veremos que são determinados os princípios que fundamentam a doutrina anarquista: a noção de felicidade, de bem e mal, as energias universais, que podem ser favoráveis e desfavoráveis, e como elas podem ser aproveitadas de modo a permitir uma correta definição de bem e mal, podendo ser definidas a partir de cinco feições das energias humanas, que permitirão “obter da terra a maior soma de felicidade geral” (Oiticica, s.d., p. 7-8).

A felicidade se coloca frente ao fato de que todos nós, ao longo de nossas vidas, “temos nosso quinhão de sofrimentos”, e, por isso, os homens procuram tenazmente minorar essas dores e alcançar o “máximo de felicidade”. Para tal, Oiticica, irá definir o *mal* como tudo que aumenta o sofrimento, e, o *bem*, como tudo o que diminui ou evita o mal e aumenta a felicidade.

Em seguida, definindo o mundo como “um jorro de energias”, e, o “corpo humano” como qualquer ser vivo, submetido a um “equilíbrio de energias” entre as “energias universais”, favoráveis ou desfavoráveis, pois, a natureza, não é nem boa, nem má, donde que a questão fundamental para os homens é a de saber como “aproveitar no mundo as energias favoráveis ao seu organismo e anular ou desviar as energias desfavoráveis” (Oiticica, s.d., p. 8).

Nessas espécies de energias, Oiticica demarcará as cinco *feições* das energias humanas: físicas, mentais, morais, práticas, e sociais, que

serão discriminadas como: [i] vigor e saúde; [ii] inteligência e cultura; [iii] vontade e caráter; [iv] habilidade e vocação; e, [v] altruísmo e sociabilidade. A obtenção da “maior soma de felicidade geral” nos é dada pela “ciência”, que permite que os homens superem o seu “mal-estar”, a sua “dor universal”, cujas causas são também naturais e artificiais (Oiticica, s.d. p. 8).<sup>9</sup>

As causas naturais são decorrentes dos fenômenos do cosmo – os terremotos, as erupções vulcânicas, as chuvas fortes, as secas, as ressacas marítimas, as inundações fluviais, as epidemias, as moléstias, etc. – e o homem não pode eliminá-las, mas pode, entretanto, minorar sua intensidade pelo avanço do conhecimento.

As causas artificiais são decorrentes da má organização social e política – a escravidão, o militarismo, o banditismo, a miséria, a prostituição, os vícios –, embora esses males sejam consequência do maior dos males que afeta aos homens: a propriedade privada, acrescida dos corolários que dela derivam, a autoridade, o Estado, a moeda, os impostos e a agiotagem (Oiticica, s.d., p. 1-19).<sup>10</sup>

Portanto, a dor humana tem uma causa maior: a propriedade privada, e, para que seja possível aos homens a conquista da felicidade, a pergunta fundamental a ser feita é aquela que busca saber como suprimir a propriedade privada, e que, aos olhos de Oiticica, deve ser conquistada com a adesão ao anarquismo, como a “doutrina social de

<sup>9</sup> A concepção de “dor universal” utilizada por Oiticica é retira da obra de Sébastien Faure, *La douleur universelle*, que afirma que “todos os homens sofrem, qualquer que seja a sua condição social, muito mais do que seria natural sofrerem”, e daí a origem do malestar humano, “essa perpétua crise social em todas as nações e cuja causa fundamental só a doutrina anarquista conseguiu revelar, analisar e resolver.” Cf. Oiticica, s.d. p. 8, §8.

<sup>10</sup> A essas causas e aos seus corolários, Oiticica vai alinhar um conjunto de seis *feições* que obstruem a felicidade humana – a *feição econômica*, expressa pela moeda, pelos bancos, pela agiotagem, pela Bolsa e pela inflação; a *feição política*, com suas formas de governo, o político profissional e o voto obrigatório; a *feição militar*, com seus modos de obediência e disciplina; a *feição jurídica*, manifesta no direito, nas leis e nos parlamentos; a *feição pedagógica*, explicitada pela “educação idólatra” e pela figura do mestre-escola; e a *feição religiosa*, representada pela religião e pela relação estabelecida entre esta e o Estado –, e que compõem o regime capitalista.

uma organização da produção, distribuição e consumo das riquezas sem propriedade” (Oiticica, s.d., p. 53).

A ‘*politeia* anarquista’, supõe, assim, a supressão de sua inexistência, dado que ela tem uma função utópica; a supressão da autoridade e a supressão do Estado, substituindo-se o governo estatal pela “colaboração comunal” (Oiticica, s.d., p.76-80).

Depois de analisar minuciosamente os adversários do anarquismo, Oiticica dedicará a terceira parte de *A doutrina anarquista ao alcance de todos* à exposição da conformação do novo modelo de vida comum, e que terá por base o federalismo e o regime comunal:

Sendo fim do anarquismo passar imediatamente do capitalismo ao comunismo anárquico, o processo de arregimentação das massas proletárias não pode ter esse caráter de centralização disciplinada.

Nosso sistema é o seguinte: nas numerosas zonas agrícolas ou industriais, os trabalhadores agrupam-se em sindicatos conforme as suas profissões ou ofícios. Esses sindicatos federam-se em certas regiões, mantendo entre si as ligações necessárias e todos dentro das mesmas idéias e com a mesma finalidade. Essas ligações são mantidas por delegados dos sindicatos em assembleias sancionadas ou não pelos sindicatos.

Por sua vez, as federações dos diversos países ou das diferentes zonas formam entre si uma confederação sob os mesmos princípios, com seus congressos anuais (Oiticica, s.d., p. 75-76).

A comuna, entendida como o conjunto de associações profissionais, permitirá que “as terras, a usina, as casas, sejam da coletividade; não há dono, nem feitor, nem salário. Tudo é de todos; ninguém manda. Todo o serviço se executa por acordo mútuo e deliberações de cada sindicato”, conjugando-se em diferentes níveis – o município, constituído de múltiplas comunas perfeitamente relacionadas entre si; a federação, que é composta pelos municípios, permitindo o correlacionamento político e econômico entre eles; e as confederações, que reúnem várias federações –, que serão a base da organização anárquica (Oiticica, s.d., p. 77).

A organização interna das comunas será feita a partir do princípio de liberdade que se constitui como um “acordo mútuo” – uma vez que os homens são “desiguais” por natureza –, que permite o estabelecimento de uma “igualdade social” entre os homens:

De modo que, na comuna anárquica, há de haver perfeita igualdade social. Note-se bem que digo social. Os anarquistas proclamam que os homens são todos desiguais. Basta ver que não há dois indivíduos no mundo com impressões digitais idênticas. Também podemos afirmar, com maior razão, que não há dois cérebros iguais; não há dois caracteres, desejos, ideias, vocações, tendências, inteligências, nem aptidões iguais. Quando falamos em igualdade, referimo-nos à igualdade de condições sociais para o desenvolvimento livre das desigualdades naturais. Sem essa igualdade, a liberdade, como a definimos, não se comprehende (Oiticica, s.d., p. 79-80).

Desse modo, a comuna está distribuída em “três classes distintas” de trabalhadores: [i] os rurais – constituídos pelos “plantadores, limpadores, cortadores, carreiros, cambiteiros, aradeiros, etc.” –, [ii] os operários – compostos por “maquinistas, foguistas, mecânicos, turbineiros, carpinteiros, ferreiros, eletricistas, destiladores, pedreiros, faxineiros, arrumadores, cozinheiros, lavadores, etc.”, e, [iii] os anexos – integrado por “médicos, enfermeiros, dentistas, professores, artistas, farmacêuticos, etc.” –, que estão distribuídos a partir de uma “hierarquia funcional” que consiste no encaminhamento do trabalho “conforme a *capacidade de superintendência* de cada trabalhador, firmando o acordo para a execução de um serviço”, e empenhando-se em cumprir “sua tarefa com a maior eficiência (Oiticica, s.d., p. 82).<sup>11</sup>

<sup>11</sup> O exemplo dado por Oiticica para explicitar o que é a ‘hierarquia funcional’ em uma “associação tipicamente anarquista” é, platicamente, a do teatro: “Um clube dramático de amadores dar-nos-á bem o padrão da hierarquia funcional anárquica. Escolhe-se um diretor geral, o mais entendido em arte cênica e todos seguem seus conselhos, distribuição de papéis, marcação, concorrendo cada qual para o êxito da representação. O diretor não pode castigar ninguém, expulsar o sócio, suspendê-lo das funções, etc. Todavia, todos se submetem à disciplina funcional. Assim, não se vê um cômico pretender o papel de galã, uma ingênuo exigir o lugar de um centro dramático,

A educação, fundada nos mesmos princípios, deverá tornar o homem capaz de aproveitar o mais que lhe seja possível, e do melhor modo, as energias física, mental, moral, prática e social, e que assim serão definidas por Oiticica:

Educação física é o cultivo da robustez – não da força, – *da saúde, da agilidade*. Educação mental é a formação da inteligência, seu desenvolvimento racional e harmônico – erudição, *cultura, arte*. Educação moral é o cultivo da vontade, sua direção na realização do bem-estar comum. Educação prática é o treino da habilidade técnica ou vocação profissional. Educação social é o aperfeiçoamento da solidariedade como multiplicador de energias (Oiticica, s.d., p. 88).

E esse modelo de educação será possível, uma vez que desprovida das noções burguesa e capitalista – de família, lei, religião, casamento e de qualquer outra espécie de autoridade civil –, “a criança, desde o nascimento, será guiada pela associação de educadores, composta de médicos, higienistas e pedagogos especializados”, vivendo em “*educandários comunais*”, de modo que o “individualismo” possa desenvolver-se em oposição à vida doméstica (cuja representação mais obstrutiva da felicidade é a família).

Fechando esse levantamento das velhas teses republicanas da *politeia* platônica remodeladas pelo veio anarquista de José Oiticica, não poderemos deixar de retomar a questão central da justiça, que será compreendida como “um dos pontos de mais difícil compreensão para os estudiosos do anarquismo”, pois questiona diretamente a repressão da criminalidade na sociedade anárquica: “não havendo autoridade com seus soldados, prisões, juízes, como reprimir os crimes?” (Oiticica, s.d., p. 91).

A resposta de Oiticica, evidentemente, virá pautada na função da educação e no princípio de *koinonía* que funda a sociedade anárquica: “em sociedade anárquica não se reprimem crimes; evitam-se.” E isto porque não havendo nem propriedade privada, nem dinheiro, as maiores fontes dos crimes desaparecem – “roubos, estelionatos, falâncias fraudulentas,

---

ou o contra-regras intervir na marcação do ensaiador. Nenhuma das figuras modifica a seu talante as marvas e todas atendem às chamadas do contra-regra.”

incêndios comerciais, etc., etc.” –, e, sendo também o ‘amor livre’, a satisfação dos desejos sexuais será muito fácil, extinguindo-se “a irritação romântica, autora de crimes passionais”, e tudo isso será fomentado pela “educação anárquica para todos”, que, combatendo no indivíduo todos os preconceitos, “inclusive os de família e sexo”, permitirá a redução “do ciúme ao mínimo” ou a sua extinção, pois, a educação anárquica levará o indivíduo, “desde criança, a refrear seus ímpetos de cólera”. Portanto, a justiça, tão necessária na sociedade burguesa e capitalista, deverá permitir a arbitragem das raras situações em que o crime, expresso como quebra do acordo que funda a comuna, no sentido de julgar se essa quebra deve ou não ser relevada: se as explicações do faltoso forem aceitas, ele retornará à vida comunitária, se não, será forçado a retirar-se e a isolar-se da comuna (Oiticica, s.d., p. 91).

Assim, se nos pautarmos na necessidade prescrita por Oswald de Andrade, a de “identificar e consolidar nossos contornos psíquicos, morais e históricos” (Andrade, 1972, p. 184), e que ele mesmo já havia assentado em ‘solo utópico’, talvez não seja difícil reconhecer nesses *contornos* a antinômica conjuntiva “*politeia e utopia*” como matriz ativa de um paradigma que permite, tal como enunciado no texto platônico, a afirmação radical de um ‘modo de ser’, e que, à revelia das vicissitudes da história, resguarda a condição reflexiva, renovada pela “invisível causa”, que, como diz o soneto de José Oiticica, “atormenta homens bons desde Platão”.

Nesse sentido, o platonismo brasileiro, em sua primeira expressão, parece perfeitamente exemplificar essa função ativa, embora sempre à margem, das *utopias* em face das *constituições*, guardando sempre um espaço radical e referencial para a experiência comum entre pensamento e ação.

É, pois, nesse enclave original que os nossos primeiros pensadores anarquistas puderam ter em Platão um vigoroso aliado, embora a permanência de ambos suponha que as relações entre a ‘utopia’ e a ‘contingência política’, embora aparentemente paradoxais, serão sempre libertárias, garantindo, enfim, o ‘bem-estar’ dos homens em meio às artes e à vida política cotidiana em qualquer situação existencial: ser

‘anarquista’ e ser ‘platônico’, é o nosso ponto de inserção e atualidade no pensamento contemporâneo!

## Referências

- ANDRADE, Oswald de. Do pau-brasil à antropofagia e às utopias. In: ANDRADE, Oswald de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Mec/Civilização Brasileira, 1972. v.6.
- ARNONI, Antonio. Elocubrações dramáticas do professor Oiticica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.14, n. 40, p.267-297, 2000.
- DULLES, J. Foster. *Anarchists and communist in Brazil, 1900-1935*. Ausin, London: University of Texas Press, 1973.
- FERRAZ, Ana Lúcia; LEITE, Miriam Moreira. *Maria Lacerda de Moura: Trajetória de Uma Rebelde*. São Paulo, Laboratório de Imagem e Som em Antropologia/Universidade de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://vimeo.com/35898796>. Acesso em: 08 jul. 2020.
- LEITE, Miriam L. Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.
- LEITE, Miriam L. Moreira. *Maria Lacerda de Moura, uma feminista utópica*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Em torno da Educação*. São Paulo: Teixeira, 1918.
- MOURA, Maria Lacerda de. *O Problema da Educação*. Santos: A Tribuna, 1921.
- MOURA, Maria Lacerda de. *A Fraternidade e a Escola*. São Paulo: União dos Trabalhadores Gráficos, 1922.
- MOURA, Maria Lacerda de. *A Mulher é uma Degenerada?* São Paulo: Paulista, 1924.
- MOURA, Maria Lacerda de. *A Mulher Moderna e seu Papel na Sociedade Atual e na Formação da Civilização Futura*. Santos: [s/n], 1923.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Lições de Pedagogia*. São Paulo: Condor, 1926.
- MOURA, Maria Lacerda de. *Religião do Amor e da Beleza*. São Paulo: Condor, 1926.

MOURA, Maria Lacerda de. *De Amundsen a Del Prete*. São Paulo: O Combate, 1928.

MOURA, Maria Lacerda de. *Civilização: Tronco de Escravos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

MOURA, Maria Lacerda de. *Clero e Estado*. Rio de Janeiro: Liga Anticlerical, 1931.

MOURA, Maria Lacerda de. *Amai e não vos Multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

MOURA, Maria Lacerda de. *Han Hyner e o Amor Plural*. São Paulo: Unitas, 1933.

MOURA, Maria Lacerda de. *Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica*. São Paulo: Editora Paulista, 1934.

MOURA, Maria Lacerda de. *Clero e Fascismo: Horda de Embrutecedores*. São Paulo: Editora Paulista, 1934.

MOURA, Maria Lacerda de. *Fascismo, Filho dileto da Igreja e do Capital*. São Paulo: Editora Paulista, 1935. (Relançado em 2013). Disponível em: <https://www.anarquista.net/wp-content/uploads/2013/12/Fascismo-filho-da-igreja-e-do-capital-de-Maria-Lacerda-de-Moura-Livro.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MOURA, Maria Lacerda de. *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!* 3<sup>a</sup>. imp. Guarujá: Editora Opúsculo Libertário, 1999.

OITICICA, José. *Ação Direta*: meio século de pregação libertária. Seleção, introdução e notas de Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1970.

OITICICA, José. Voz Clemente. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 18 de outubro 1928.

OITICICA, José. *Sonetos*. 2. ed. Maceió, Linotypia da Casa Ramalho, 1919.

OITICICA, José. *Manual de Estilo*. 8. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Editora Mundo Livre, s.d.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Tradução de Maria Lacerda de Moura, com um apêndice da tradutora sobre a filosofia socrática. 4.ed. São Paulo: Atena Editora, s.d.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil: 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

VENTURA, Tereza. *Nem bárbarie, nem civilização!* São Paulo: Anablume, 2006.